



CARTA ABERTA AO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Nos últimos tempos, temos testemunhado uma forte indignação e crescente contestação no seio das comunidades educativas. Às mágoas e desgostos abertos na profissão docente têm sido acrescentadas novas afrontas pelas políticas educativas do Ministério da Educação.

Uma classe que se sentia desrespeitada e ignorada, por força de uma avaliação do desempenho docente injusta e castigadora e da amputação de tempo de serviço prestado, viu agora o Ministério da Educação juntar uma proposta de alteração do modelo de recrutamento docente que gerou ainda maior descontentamento.

A ANDE tem procurado, nos locais próprios, trazer o Ministério da Educação para a busca de soluções que reconheçam o papel preponderante dos professores para o futuro do nosso país. Fê-lo em 15 de julho e 5 de dezembro de 2022 com o Senhor Ministro da Educação. E em 25 de outubro de 2022 na Comissão de Educação na Assembleia da República. Em 21 de novembro, o jornal PÚBLICO também noticiou o nosso entendimento sobre as notícias que, então, se escutavam.

Em janeiro de 2023, gostaríamos de poder afirmar que a nossa ação contribuiu para uma melhoria da situação. Não podemos. A situação está pior! Cresceu o ambiente de críspação e aprofundou-se o fosso que o Ministério da Educação cavou à volta dos professores!

Hoje é o tempo de desafiar o Ministério da Educação a falar para as Escolas e para os Professores. Urge clarificar intenções e tomar opções que valorizem o desempenho profissional docente e reconheçam o incontornável contributo da classe para a formação de jovens.

Ainda acreditamos que também é esse o primeiro interesse do Ministério da Educação. Razão para, mais uma vez, se questionar:

1. Perante a evidente falta de docentes e o envelhecimento dos que estão ao serviço, que medidas, a curto, médio e longo prazo tem o Ministério da Educação previstas para uma melhor gestão dos professores que estão no ativo e para tornar a carreira docente mais atrativa?
2. Que medidas concretas prevê implementar o Ministério da Educação para reconhecer e valorizar o exercício da profissão docente e, concomitantemente, a eficiência e o papel da Escola Pública na sociedade?
3. Neste âmbito, admite ou não o Ministério da Educação extinguir o limite administrativo de vagas no acesso aos 5.º e 7.º escalões, sem exemplo em qualquer outra carreira da Função Pública?
4. O que são, quais os objetivos e competências estão previstos, exatamente, para os "conselhos locais de diretores" propostos pelo Ministério da Educação?

Senhor Ministro da Educação!

Esta semana vai reunir com os diretores das Escolas. Estranhamente, os problemas que, neste preciso momento, desmobilizam milhares de professores, perturbam o funcionamento das escolas e urge resolver não constam da ordem e trabalhos.

Mas estes problemas não podem ser ignorados sob pena de causar ainda mais danos ao funcionamento das Escolas e do sistema educativo.

Assim sendo, a ANDE apela ao Ministério da Educação que priorize soluções para os problemas de base, endémicos, que afetam os profissionais da Educação e contribuem para o desmoronamento progressivo do Sistema Educativo, tal como o conhecemos.

Nenhum sistema educativo cumprirá o seu papel nem a Escola poderá sobreviver sem profissionais competentes e respeitados pela sociedade e pelo poder político.

Cinfães, 4 de janeiro de 2022

Manuel António Pereira